

Prisões: as pessoas por trás das estatísticas

ISBN 978-989-8990-39-6



Autores

Miguel Madeira
Marlon dos Santos

Coordenação Científica

Pedro Dionísio

Este Caso Pedagógico baseia-se em situações reais e em entrevistas com especialistas. É um instrumento de formação que visa gerar discussão em sala de aula. A narrativa é ficcionada e não faz juízos de valor sobre a situação apresentada ou as ações dos intervenientes.

RESUMO

Inês, diretora de um estabelecimento prisional com cerca de 50 reclusos, decidiu que era altura de tentar minimizar a sua dificuldade de reinserção na sociedade após o cumprimento da pena. Para tal, empreendeu um projeto e uma estratégia de comunicação que visavam acabar com os preconceitos existentes na sociedade, ao mesmo tempo que dava oportunidade aos indivíduos de ganharem experiência laboral antes de terminarem a sua pena.

Tempo de leitura estimado
10 minutos

COMUNICAÇÃO
INTERNA E EXTERNA

Prisões:
as pessoas
por trás
das
estatísticas

Inês Faria contemplava o pôr do sol daquele dia frio de janeiro através da janela do seu gabinete. Era o início de 2019 e durante os últimos 15 anos da sua carreira tinha passado pela direção de diversos estabelecimentos prisionais, espalhados um pouco por todo o país. Durante este período, Inês constatou que um dos problemas que assolam o sistema prisional é a reinserção social (ou falta dela) dos reclusos após o cumprimento da pena.

Em 2018, a população prisional em Portugal era de 12.867 reclusos, com a maioria a cumprir penas entre os três e os nove anos. A maioria tinha sido condenada por crimes “contra pessoas” (homicídios, ofensas à integridade física), “contra o património” (roubo, burla) ou crimes “relativos a estupefacientes”. Com uma taxa de reincidência criminal superior a 50%, era clara a necessidade de garantir a reinserção dos reclusos na sociedade. Um dos fatores que poderia explicar essa situação era a falta de uma estratégia de comunicação eficaz a nível interno e externo – o sistema prisional tem uma estrutura organizacional fortemente hierárquica e fechada em si mesma e a falta de informação sobre o que se passa dentro das prisões acaba por reforçar os preconceitos existentes na sociedade, uma vez que a comunicação social não transmite exemplos que desmontem o estereótipo dos presos violentos.

Com este panorama em mente, Inês estava disposta a fazer uma mudança e a demonstrar que também era possível fazer algo de diferente nas prisões. O estabelecimento que começara a dirigir era a oportunidade perfeita: tinha cerca de 50 reclusos em regime aberto no interior (com mais liberdades dentro do estabelecimento prisional) e no exterior (saíam de manhã para trabalhar e voltavam no final do dia), já na fase final de cumprimento da pena. O número reduzido de reclusos quando comparado a outros estabelecimentos permitia uma abordagem mais à medida de cada um, de acordo com as suas aptidões e qualidades. Por outro lado, o facto de muitos estarem em fim de pena justificava a aplicação de medidas para facilitar a sua reintegração na sociedade.

Integração na comunidade

A estratégia de Inês teria como pilar fundamental o envolvimento da sociedade a nível local. Não pode existir reintegração dos reclusos sem a sociedade e, como tal, era necessário demonstrar à sociedade o que se fazia dentro das prisões, com o objetivo de erradicar preconceitos e facilitar a reinserção destes indivíduos. Assim, uma das primeiras missões de Inês foi inteirar-se do tecido social das autarquias que rodeavam o estabelecimento prisional, identificando os principais agentes da administração local e as empresas mais relevantes. Parte da estratégia de reintegração delineada passava pela inclusão dos reclusos em regime aberto em entidades locais, de forma a proporcionar-lhes uma experiência e até algum dinheiro para quando saíssem em liberdade, algo particularmente crítico nos casos em que estes não recebiam apoio monetário da família.

Os primeiros a quem tentaria vender a ideia do projeto eram as autarquias. Por um lado, eram um dos maiores empregadores na área; por outro, se as autarquias aceitassem contratar os reclusos, isso poderia incentivar empresas privadas a fazerem o mesmo. Após várias reuniões e negociações difíceis, apenas uma de cinco autarquias concordou em integrá-los nos seus quadros. As outras mostraram bastante resistência e alguma descrença face ao projeto.

Depois de um processo de recrutamento e seleção realizado dentro da prisão, os candidatos selecionados começaram a trabalhar nos serviços da Câmara Municipal. Eram recolhidos por uma carrinha todos os dias às nove da manhã e eram integrados nos seus respetivos postos de trabalho – nas oficinas, na limpeza de ruas e no apoio administrativo. Desempenhavam as suas tarefas juntamente com os restantes colegas da Câmara e no final do dia regressavam ao estabelecimento prisional, ganhando o ordenado mínimo ao fim do mês.

Por outro lado, foram integrados num programa de formação profissional nas áreas da agricultura, produção animal, construção civil, jardinagem, indústria da madeira, metalurgia, mecânica e serviços, com o objetivo de os auxiliar nos trabalhos que desempenhavam e na procura de emprego quando terminassem a sua pena. Também frequentavam aulas de ensino secundário e de competências transversais, como cidadania, empregabilidade, comunicação e linguagem, sendo que toda a sua evolução era acompanhada pelos técnicos de reinserção.

A abordagem que Inês fazia aos reclusos era direta e pedagógica, advertindo-os de que “o programa poderia acabar caso ultrapassassem a linha”. Porém, sabia muito bem que uma coisa é integrar os reclusos num local de trabalho e tornar essa experiência parte do processo de reabilitação, outra bem diferente é fazer com que sociedade mude

as suas perceções. Era necessária uma boa estratégia de comunicação. Para isso, precisava de conhecer bem a população local e recolher informações acerca desta, de modo a adaptar a comunicação às sensibilidades dos indivíduos. Inês só não sabia que estratégia usar...

Comunicar e sensibilizar

As sondagens são uma das maneiras mais utilizadas para conhecer a percepção de uma população sobre um determinado assunto. Neste caso em específico, Inês queria saber o que a população local pensava sobre os reclusos e se preferiam uma abordagem mais punitiva ou reabilitativa no cumprimento das penas. Um segundo inquérito feito após a implementação da estratégia de comunicação permitiria verificar a eficácia e sucesso da mesma.

Inês contactou o jornal local e fez publicar um *spot* publicitário na capa que incluía um *QR code* com um *link* para uma página *web* com o inquérito. O inquérito era anónimo e nele constavam perguntas sobre a percepção dos inquiridos sobre os reclusos em geral (“Positiva” ou “Negativa”) e sobre que tipo de sistema prisional deveria ser adotado (“Justiça Punitiva” ou “Justiça Reabilitativa”), bem como alguns dados demográficos (género, idade, nível de escolaridade). A recolha de dados realizou-se ao longo de duas semanas. Após este período, as informações recolhidas foram inseridas num *software* de análise de dados e criaram-se gráficos para interpretação. A mensagem contida neles era clara: a maioria dos inquiridos expressava uma opinião negativa face aos reclusos e privilegiava um sistema prisional de cariz punitivo.

Com este panorama em mente, Inês pensou e chegou à conclusão de que a melhor maneira de acabar com os mitos sobre os reclusos seria através dos seus testemunhos pessoais. Histórias reais, que se podiam associar a uma voz, uma cara, uma pessoa. A forma de transmissão de tais testemunhos foi discutida entre Inês e o subdiretor da prisão, Marco Pereira:

– Acho que podíamos tentar que um deles fosse entrevistado pelo jornal local... Aproveitamos o facto de já termos trabalhado com eles na sondagem – sugeriu Marco.

– Não sei se é a melhor opção... Eu acho que devíamos apostar em entrevistas na rádio local. Era mais pessoal. A voz das pessoas tem mais impacto do que textos escritos num jornal. Se temos de sensibilizar a comunidade, penso que esta é uma melhor escolha – respondeu Inês.

– Talvez, mas continuo a preferir o jornal... Já agora, e se eles fossem falar às escolas, por exemplo? A história deles também podia servir como dissuasor da prática de crimes entre os mais jovens – disse Marco.

– Isso é uma excelente ideia! Acho que não vamos ter problemas em encontrar voluntários para partilharem as suas histórias de vida e como é que este projeto os pode ajudar a reintegrarem-se na sociedade – rematou Inês.

Com a autorização dos seus superiores, Inês deu início à iniciativa. A rádio local, com o patrocínio da autarquia que aceitou participar no projeto, disponibilizou um *slot* após o boletim de notícias, entre as 20h10 e as 20h30. Os testemunhos, gravados previamente, consistiam numa conversa descontraída entre o locutor e o recluso, o que permitia a partilha de histórias mais pessoais. Na visão de Inês, isto era fundamental para mudar a perceção da sociedade. O verdadeiro teste seria, porém, a realização da segunda sondagem, para medir se de facto alguma coisa tinha mudado na mentalidade dos cidadãos.

A mudança de paradigma que ocorreu na prisão de Inês não foi limitada ao exterior – era também necessário reformular a cultura no interior da prisão. Para tal, foi levado a cabo um programa de comunicação interna – uma das iniciativas passou por um programa de sensibilização dos guardas prisionais e dos outros profissionais que lá trabalhavam, baseado num manual de conduta onde eram explicitadas as regras e processos a seguir pelos guardas. Este manual visava mudar a conduta dos guardas, tentando ensiná-los a seguir uma abordagem mais pedagógica e menos baseada na simples coação física. Deste ponto de vista, a mudança de conduta iria torná-los, em teoria, parte integrante do projeto de reabilitação e um dos elementos essenciais para que tudo funcionasse.

O novo plano de comunicação interna também visou os reclusos: estes foram acompanhados de forma mais direta e personalizada durante as aulas, apoiando nomeadamente o grupo dos reclusos que estavam a concluir o ensino secundário dentro da prisão. Para além disso, a própria Inês tentou interagir mais diretamente com a população prisional, cara a cara, tornando a comunicação mais humana e menos institucionalizada. A colocação de cartazes e ações de sensibilização contra o consumo de drogas e álcool constituiu outro meio de difusão de informação.

Dito isto, a estratégia de comunicação e o programa de reabilitação ficaram circunscritos a estas ações: a comunicação com o ministério e a direção-geral continuou a ser feita nos habituais moldes formais. Para além disso, não se pôs em prática nenhuma iniciativa de partilha de conhecimento ou boas práticas entre estabelecimentos prisionais, sendo que a maioria estava sobrelotada e mantinha uma abordagem estritamente punitiva no que tocava ao cumprimento das penas.

O desafio

Agora, em janeiro de 2022, passados três anos desde o início do projeto e apesar dos constrangimentos da pandemia, Inês sentia que estava a cumprir aquilo a que se tinha proposto: o seu estabelecimento prisional estava a reabilitar os reclusos e a demonstrar que era possível fazer outro tipo de trabalho nas prisões. Por outro lado, restava também saber se de facto os preconceitos tinham sido quebrados na sociedade. O desafio que era necessário enfrentar era bastante mais ambicioso: mudar o paradigma a nível nacional.

Casos Pedagógicos
sobre a Administração
Pública Portuguesa
é um projeto
dinamizado pelo
IPPS-Iscte